

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.715.602 - RJ (2017/0323039-0)**

RECORRENTE : JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA  
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
RECORRIDO : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
RECORRIDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADOR : MARIA LUÍSA ALKIMIM CURVELLO DE ARAÚJO E OUTRO(S) - RJ079072

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por José Antônio de Oliveira com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 88-89):

Obrigação de Fazer com objetivo de fornecimento gratuito de medicamentos. Autor soropositivo. Sentença que julga procedente o pedido quanto aos medicamentos descritos na inicial. Apelo do Autor para que sejam incluídos na condenação outros medicamentos que se fizerem necessários, utensílios, insumos e aparelhos eventualmente necessários para o tratamento da moléstia. Tendo a demanda, como causa de pedir remota, a doença que acomete a parte Autora, seu pedido está indissociavelmente ligado a esse elemento, de modo que a pretensão de receber, do poder público, os medicamentos necessários ao tratamento dessa doença, é de ser deferida, o que incorre, em relação aos insumos e aparelhos, eventualmente, precisos em função das doenças oportunistas, as quais, sequer, é possível antever. Impossibilidade de condenação genérica (§ único do artigo 460 do CPC). Sentença que se reforma para julgar procedente o pedido de fornecimento de outros remédios para tratamento da síndrome e, em reezame necessário, condicionar o fornecimento dos remédios à apresentação de receituário médico da rede pública de saúde. Recurso provido parcialmente.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 101).

Em suas razões especiais, a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, aponta violação do art. 535 do CPC/73, pois a despeito da oposição dos embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* deixou de se manifestar sobre as questões apontadas no recurso (fl. 111).

Sustenta ofensa aos arts. 5º e 6º, da Lei n. 8.080/90, uma vez que o Tribunal *a quo* negou provimento ao pedido de insumo relativo ao tratamento da doença do agravante (fl. 112). Argui, ainda, afronta aos arts. 1º e 2º, da Lei n. 9.313/96, no que diz respeito ao fornecimento de medicamentos a portadores de HIV (fl. 113).

Por fim, sustenta violação aos arts. 286, II, 471, I, 485, III, 461, *caput* e § 5º, do CPC/73, uma vez que a instância ordinária igualmente negou

provimento ao pedido de medicamentos e insumos que o agravante viesse a necessitar durante o tratamento de sua doença (fl.115).

Não foram ofertadas as contrarrazões (fl. 136).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 196-200).

É o relatório. Decido.

A matéria deduzida no presente recurso, qual seja, dever do Estado no fornecimento de medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo, é objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal no RE 566.471/RN (Tema n. 6/STF), sob o regime de repercussão geral.

Diante disso, torna-se impositiva a suspensão dos feitos pendentes que tratem da mesma matéria, nos termos do art. 1.036 do CPC/2015.

Por sua vez, os arts. 1.040 e 1.041, ambos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.

De acordo com tais dispositivos, há a previsão da negativa de seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

Nesse panorama, cabe ao Ministro Relator, no Superior Tribunal de Justiça, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após o julgamento do paradigma, seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

No mesmo sentido, destacam-se os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. A análise dos autos denota que a pretensão da recorrente, embora envolva a incidência de imposto de renda sobre depósitos judiciais, diz respeito à discussão relacionada ao que foi decidido nos autos do REsp 1.089.720/RS, no sentido de que, se a verba principal for isenta do imposto de renda, o seu assessorio também o seria.

2. A controvérsia relacionada à incidência do imposto de renda sobre juros de mora teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 808).

3. É irrelevante o fato de os juros de mora em questão não decorrem

das mesmas verbas a que se refere o recurso extraordinário afetado, pois juros de mora são "juros de mora" em qualquer circunstância. Precedente: REsp 1.223.268/PR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 21/6/2017.

4. Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015. Precedentes: AgInt no AREsp 707.487/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/10/2017 AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017.

5. Somente depois de realizada essa providência, a qual representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento da Corte a quo.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no REsp 1473147/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

**AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO DESTES ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

1. Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte.

2. A parte agravante não logrou demonstrar, no caso concreto, a ausência de similitude entre o tema trazido em seu especial e o tema pendente de julgamento no STF com repercussão geral, pelo que se impõe a manutenção do sobrestamento ora combatido.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no REsp 1603061/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/2017, DJe 28/06/2017)

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o §2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado

prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

